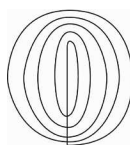


# INDEXICAIS

EDIÇÃO DE 2014 do

## COMPÊNDIO EM LINHA DE PROBLEMAS DE FILOSOFIA ANALÍTICA

2012-2015 FCT Project PTDC/FIL-FIL/121209/2010



Editado por  
João Branquinho e Ricardo Santos

ISBN: 978-989-8553-22-5

Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica  
Copyright © 2014 do editor  
Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa  
Alameda da Universidade, Campo Grande, 1600-214 Lisboa

Indexicais  
Copyright © 2014 do autor  
Marco Ruffino

Todos os direitos reservados

**Resumo**

Neste artigo primeiro fazemos uma explicação geral do fenômeno da indexicalidade e das primeiras abordagens de sua especificidade semântica. Em seguida, expomos os elementos principais da teoria mais influente da atualidade, i.e., a de Kaplan (1989). Finalmente, enumeramos algumas alternativas à teoria de Kaplan, além de uma breve análise dos pontos de divergência entre aquelas e esta.

**Palavras-chave**

Indexicais, Demonstrativos, Kaplan, Frege, Quantificadores

**Abstract**

In this article I first give a general explanation of the phenomenon of indexicality and of the early attempts to account for its semantic specificity. Next I expose the main elements of the most influential theory nowadays, i.e., Kaplan's (1989). Finally, I list some alternatives to Kaplan's theories and briefly analyze the differences between them and the latter.

**Keywords**

Indexicals, Demonstratives, Kaplan, Frege, Quantifiers

## Indexicais

Comumente são chamadas de *indexicais* certas expressões linguísticas cujo referente muda de maneira sistemática de contexto para contexto (i.e., de acordo com quem fala, onde fala, quando, etc.). Segundo uma lista preliminar de Kaplan (1977), que elaborou a teoria mais influente no assunto, estes incluem tipicamente (mas não exclusivamente) pronomes pessoais como ‘eu’, ‘ele’, ‘nós’, etc., pronomes demonstrativos como ‘isto’, ‘aquilo’, etc., advérbios como ‘aqui’, ‘agora’, ‘hoje’, ‘amanhã’, etc., e alguns adjetivos como ‘efetivo’, ‘externo’, etc. É usual dizer que estas expressões exibem o fenômeno da *indexicalidade*. Não em todos os seus usos possíveis, mas apenas em um tipo particular de uso (aqueles que exibem uma dependência sistemática do contexto extra-linguístico). Por exemplo, há uma grande diferença entre os seguintes usos de ‘ele’:

- (1) Ele (apontando para alguém) foi meu companheiro de escola.
- (2) Todo garoto imagina que ele poderá ser herói um dia.
- (3) Eric está radiante. Ele ganhou o prêmio de literatura de sua escola.

Em (2), o pronome funciona mais propriamente como uma variável ligada pelo quantificador, e não tem um referente determinado pelo contexto. Em (3), ‘ele’ é um elemento anafórico, que remete ao nome ‘Eric’ ocorrendo na primeira parte da sentença. O que significa que um mesmo pronome pode tanto ter usos indexicais quanto usos não-indexicais. Apenas usos como em (1) são propriamente indexicais, e apenas estes são de nosso interesse aqui.

Contraste, por exemplo, ‘Lisboa’ com ‘aqui’. Esta última expressão pode ser usada para se referir a Lisboa, mas apenas em certos contextos, a saber, quando o local de emprego da palavra é a cidade de Lisboa. Se a mesma palavra for empregada no Rio de Janeiro, então se referirá ao Rio de Janeiro. O nome ‘Lisboa’, no entanto, não muda de referente nos diversos contextos em que pode ser empregado (a menos que haja uma outra localidade chamada ‘Lisboa’, mas este é um fenômeno diferente, como explicaremos abaixo). Na verdade, é

um fato comum na linguagem natural que certas expressões mudem de significado de acordo com o contexto em que são empregadas, e é importante distinguir o fenômeno da indexicalidade da variabilidade ordinária de significado. ‘Café’, por exemplo, pode em certos contextos significar a bebida, em outros significar os grãos, em outros significar o pó, em outros significar um local onde se vendem bebidas, etc. Qual significado particular esta palavra terá em cada contexto depende de um sem número de aspectos, e.g., da conversação onde a palavra ocorre, do local onde ocorre (se num supermercado ou numa universidade), do propósito saliente de sua introdução, etc. No entanto, é difícil (se não impossível) detectar uma regra específica que determine, para cada contexto, o significado particular que ‘café’ deverá assumir. Diferentemente, por exemplo, da palavra ‘eu’: se Gustavo usa a palavra, ela se refere a Gustavo, e se Mariana a usa, ela se refere a Mariana, etc. Esta variação é capturada por uma regra geral de funcionamento, a saber: para qualquer ocasião em que for empregada, a palavra ‘eu’ se refere ao sujeito que a emprega. Idem para a palavra ‘hoje’: ela se refere a dias diferentes em distintas ocasiões de uso, e no entanto há uma regra geral de fácil compreensão que regula a sua mudança de referente: para qualquer ocasião em que for empregada, ‘hoje’ se refere ao dia do emprego. Esta regra geral de uso de um indexical, que diz exatamente qual o valor semântico que ele deve assumir em cada contexto, Kaplan chama de *caráter*. O valor semântico particular assumido em cada contexto (sujeito, dia, local, etc.) ele chama de *conteúdo*. (Mais adiante discutiremos em mais detalhes a proposta de Kaplan.)

Em outras palavras, não é parte essencial do significado de ‘café’ que o referente (ou mesmo o sentido) possa mudar de contexto para contexto, embora o referente possa mudar *acidentalmente*. Mas isto ocorre no caso de indexicais, i.e., a mudança se dá *essencialmente*, além de ser governada por uma regra fixa para todos os contextos. Se imaginarmos uma língua ideal na qual toda ambiguidade fosse eliminada por uma uniformização das convenções linguísticas (i.e., ‘Paris’, ‘Frege’, etc., se referem a um e apenas um objeto), ainda assim teríamos como parte desta língua as expressões indexicais, cujo referente poderia mudar de contexto para contexto, porque o significado destas expressões assim o pede. Uma outra forma de ver a diferença profunda entre indexicais e expressões simplesmente am-

bíguas pode ser a seguinte. Se alguém empregar ‘Paris’ em um certo contexto acreditando que esta expressão se refere à capital da França (quando, na verdade, ela é localmente usada para se referir a uma praça), esta pessoa não pode ser acusada de desconhecer um aspecto essencial do significado de ‘Paris’, mas sim apenas de desconhecer um aspecto accidental da mesma, da mesma forma que ela pode não saber que uma palavra completamente inocente em um contexto pode ser ofensiva em outro. Mas se uma pessoa mentalmente sã que disser ‘hoje’ para se referir ao dia de um evento importante, e no dia seguinte continua usando a palavra ‘hoje’ para se referir àquele mesmo dia, certamente diremos que ela desconhece algo fundamental do significado da palavra ‘hoje’.

O estudo dos indexicais recebeu apenas uma reduzida atenção na primeira metade do século XX por parte de alguns filósofos da linguagem preocupados com a especificidade semântica destes termos. Russell (1950),<sup>1</sup> por exemplo, chamou estas expressões de “particulares egocêntricos” porque a sua denotação é essencialmente dependente da ocorrência particular (*token*) da palavra em cada ocasião e também do falante que a profere. Segundo Russell, todos os particulares egocêntricos podem ser definidos a partir do termo ‘isto’ (referido ao próprio *token* do indexical). Assim, uma ocorrência particular de ‘eu’ pode ser definido em termos de ‘a biografia a quem *isto* pertence’, ‘aqui’ pode ser definido em termos de ‘o local a que *isto* pertence’, etc. Reichenbach (1947) tem uma teoria semelhante, caracterizando os indexicais como “termos *token*-reflexivos”, i.e., termos cujo significado é peculiar a cada um de seus *tokens*, e que pode ser dado fazendo uso próprio *token* (i.e., da expressão ‘este *token*’). Assim, por exemplo, um *token* particular de ‘eu’ pode ter seu significado dado por ‘a pessoa que profere este *token*’, assim como um *token* particular de ‘agora’ tem seu significado dado por ‘o instante de proferimento deste *token*’, etc.<sup>2</sup> Mas foi a partir da segunda metade do século XX que o estudo de indexicais ganhou um impulso extraordinário especialmente a partir dos trabalhos de Castañeda (1966,

<sup>1</sup> A data de publicação é 1950, mas este trabalho resulta, segundo Russell, de palestras realizadas ao longo das décadas de 1930 e 1940.

<sup>2</sup> Por razões que não chegaremos a discutir aqui, Kaplan (1989) rejeita esta teoria.

1967), Kaplan (1977, 1978, 1989) e Perry (1977, 1979), que mostraram várias conexões importantes entre a sua semântica e certas crenças fundamentais para a nossa orientação no mundo (que Perry chama de *locating beliefs*). Perry (1979) chega mesmo a argumentar que indexicais são essenciais para explicar a força motivacional de nossas crenças.<sup>3</sup> Mas também foram notadas várias conexões importantes entre a semântica dos indexicais e a epistemologia e filosofia da mente, razão pela qual o seu estudo passou a ser valorizado por estas últimas áreas também. As teorias semânticas sobre indexicais mais influentes desta época foram uma parte importante daquilo que pode ser caracterizado como a “revolta referencialista” dentro da filosofia analítica anglo-americana contra o paradigma fregeano baseado na distinção entre *sentido* (“*Sinn*”) e *referência* (“*Bedeutung*”), de acordo com o qual um sentido descritivo é um intermediário necessário entre um termo singular e seu referente. A “revolta” defendia a tese de que, ao contrário do que diz Frege, os nomes próprios, descrições definidas usadas referencialmente, termos para espécies naturais e indexicais são, na verdade, instrumentos de referência direta. Mas, curiosamente, o próprio Frege foi um dos primeiros a chamar a aten-

<sup>3</sup> Ele apresenta o famoso exemplo de uma pessoa no interior de um supermercado que nota a formação de uma trilha de açúcar no chão do corredor, e que procura encontrar este comprador que está deixando a sujeira atrás de si para adverti-lo. Neste momento, ele opera com base na crença codificável por ‘alguém está deixando sujeira atrás de si’. Até que finalmente se dá conta de que o açúcar na verdade esteve caindo de um pacote que se encontra em seu próprio carrinho de compras. Neste momento, há uma mudança radical de atitude (para de procurar o outro comprador, e rearranja os pacotes em seu próprio carrinho), pois passa a operar com base na crença expressa por ‘eu estou deixando sujeira atrás de mim’. A mudança de atitude não pode ser explicada, de acordo com Perry, por nenhuma crença que não contenha, de uma maneira ou de outra, o indexical ‘eu’ em sua formulação. Assim sendo, este indexical corresponde a um estado mental especial que é requerido para certos tipos de ação. O mesmo pode ser dito de outros indexicais (como ‘agora’): somente sou motivado a agir de determinadas maneiras quando estou em um estado mental correspondendo a ‘agora’. Suponha que eu saiba que uma reunião importante começa às 12:00 hs. Eu posso ter esta crença antes, durante e depois das 12:00 hs sem necessariamente ser levado a agir. É apenas quando eu estou no estado correspondendo a ‘A reunião começa *agora*’ que eu levanto e me dirijo ao local da mesma. Para uma visão oposta à de Perry, i.e., de que a perspectiva (e.g., de primeira pessoa) não é essencial e irreduzível, veja-se Cappelen e Dever (2013).

ção para o fenômeno da indexicalidade como uma possível fonte de problemas para a homogeneidade da sua distinção entre sentido e referência. Em “*Der Gedanke*” (1918-19: 64) ele chama a atenção para o fato de certas palavras como ‘isto’ e ‘hoje’ não serem, por si sós, suficientes para expressar um sentido e ter uma referência (diferentemente de palavras “normais” como ‘Paris’ e ‘Napoleão’). Em casos como estes, segundo Frege, algo mais é essencial para que a palavra expresse um sentido, a saber, elementos não-linguísticos (como um instante temporal, uma localidade, um dia, um agente, um gesto demonstrativo, etc.) que acompanham o seu emprego. Consequentemente, algo mais é necessário para se conhecer o sentido expressado por uma sentença contendo tais expressões, a saber, informações sobre o contexto onde a palavra é empregada.<sup>4</sup> Por exemplo, para se conhecer o sentido de ‘Hoje é quarta-feira’, é necessário que saibamos o dia em que a sentença foi empregada. A palavra ‘hoje’ por si só não expressa um sentido nem tem uma referência, mas sim apenas a palavra ‘hoje’ pronunciada em um contexto, podendo mudar tanto de sentido quanto de referência à medida que o contexto também muda. Ou seja, ao contrário dos não-indexicais, o sentido e a referência dos indexicais dependem basicamente do contexto de uso dos mesmos, podendo um mesmo indexical em diferentes contextos ter diferentes sentidos e diferentes referências. Mas o custo é que não há um único sentido e uma única referência associados a um indexical (como seria no caso dos termos não-indexicais), mas uma multiplicidade de sentidos e de referências, de acordo com o contexto extra-linguístico em que são empregados.

<sup>4</sup> Kripke (2008) defende uma visão diferente, mais literal, da descrição dada por Frege em uma passagem de “*Der Gedanke*”. Segundo Kripke, não são informações sobre o dia ou o instante que são relevantes, mas sim o próprio dia (no caso do indexical ‘hoje’, ou o próprio instante (no caso do indexical ‘agora’). Estes objetos são elementos simbólicos não codificados na linguagem, mas que fazem parte da expressão do pensamento indexical completo. Assim, se usamos a sentença ‘está chovendo hoje’ no dia *d*, a expressão completa do pensamento é dada pelo par [*L*, *d*] onde *L* é a sentença ‘está chovendo hoje’, e *d* é o dia. Obviamente [*L*, *d*] não é sentença de nenhuma língua conhecida, mas é uma representação do pensamento em uma linguagem teórica abstrata. Esta interpretação difere radicalmente das leituras correntes de Frege, e tem várias consequências incompatíveis com outras teses de Frege. Registramos aqui esta leitura desviante da interpretação *standard*, mas não nos alongaremos nesta discussão.

Algumas consequências importantes desta teoria fregeana dos indexicais são:

- (i) Sentenças contendo termos indexicais expressarão proposições (i.e., pensamentos) diferentes de acordo com o contexto de uso (e.g., ‘hoje é quarta-feira’ usada no dia d1 expressa o pensamento que d1 é quarta-feira, mas usada no dia d2 expressa o pensamento que dia d2 é quarta-feira).
- (ii) A sentença (contendo um indexical) por si só (i.e., independente e isoladamente de qualquer contexto) não expressa nenhuma proposição, mas sim no máximo uma proposição incompleta (i.e., um sentido predicativo que necessita ser preenchido por um sentido singular para formar um pensamento completo).
- (iii) A contribuição do indexical para a proposição expressa pela sentença que o contém em cada contexto é um sentido; e.g., em ‘hoje é quarta-feira’, usada no dia d1, a contribuição semântica de ‘hoje’ é um sentido S1, que tem d1 como referência; mas quando usada no dia d2, a contribuição de ‘hoje’ é um sentido S2, que tem d2 como referente.

Resumindo: embora para Frege indexicais exijam um tratamento especial, eles se comportam, naquilo que há de essencial, exatamente como os demais termos singulares (i.e., nomes próprios e descrições definidas), uma vez que expressam um conteúdo informacional descritivo (sentido), ao qual pode corresponder um objeto no mundo que satisfaz esta descrição (referência).

## 1 A teoria de Kaplan

Kaplan desenvolveu um tratamento alternativo e incompatível com o fregeano. Um aspecto pouco atraente do tratamento fregeano é o fato de indexicais assumirem uma infinidade de sentidos e referências diferentes em diferentes contextos. Como para Frege sentido e referência são os dois únicos tipos de significado que indexicais podem ter, segue-se que um mesmo indexical tem uma infinidade de significados diferentes, sem aparentemente nada que os unifique. Um termo como ‘hoje’ precisaria teoricamente ter seu significado



re-aprendido a cada dia diferente. Isto parece pouco plausível, pois por mais que os sentidos de ‘hoje’ em dois dias diferentes sejam diferentes (com diferentes referências), parece haver uma parte do significado de ‘hoje’ que permanece ao longo dos dias.

Explicaremos abaixo algumas distinções feitas por Kaplan que são fundamentais para se entender as diferenças entre a sua abordagem e a fregeana.

### 1.1 *Indexicais puros e demonstrativos*

A primeira distinção (que é bastante intuitiva) é entre o que ele chama de *demonstrativos* e *indexicais puros*. Demonstrativos são expressões como ‘isto’, ‘este’, ‘aquilo’, ‘lá’, ‘ele’, etc., que necessitam de um elemento extra-linguístico em cada contexto que as acompanhe. Tipicamente (mas não necessariamente) um apontar. Suponha que em uma loja cheia de objetos eu diga ‘quero comprar isto’, sem nenhum gesto (ou algo equivalente) na direção de um objeto em particular. Neste caso, meu ‘isto’ não adquire um conteúdo, e é semanticamente incompleto. Este elemento extra-linguístico (indicar, apontar, etc.) essencial ao demonstrativo Kaplan chama de *demonstração*. (Em outra fase de seu trabalho, Kaplan (1989) deixará de ver a demonstração como um elemento essencial, e passa a considerar a intenção demonstrativa do falante como essencial. Voltaremos a este ponto mais adiante.) Um demonstrativo considerado em um contexto sem uma demonstração que o acompanhe é semanticamente incompleto. Podemos considerar um demonstrativo completo como sendo uma expressão do tipo ‘*dem* [A]’ onde *dem* é a expressão demonstrativa e *A* é a demonstração que a acompanha. Um demonstrativo completo considerado isoladamente de qualquer contexto é semanticamente incompleto. Um demonstrativo incompleto (i.e., sem a demonstração) isoladamente é não apenas semanticamente mas também “uma expressão incompleta que precisa ser completada por uma demonstração” (1977: 527). Diferentemente, os indexicais puros não necessitam de nenhuma demonstração que os acompanhe para adquirirem um valor semântico em um determinado contexto. E.g., ‘eu’ empregada em um contexto por um sujeito *S* adquire imediatamente um valor retirado deste contexto (no caso, *S*). Idem para ‘hoje’ (i.e., o dia do contexto), ‘aqui’ (o local do contexto), ‘agora’ (o instante do

contexto), ‘efetivo’ (o mundo possível do contexto), etc. Um indexical puro adquire seu valor semântico em um contexto em virtude simplesmente dos elementos constitutivos do contexto, ao passo que demonstrativos necessitam, além de um contexto, de uma demonstração no interior deste contexto.

Embora a diferença entre indexicais puros e demonstrativos pareça intuitiva, alguns autores não estão de acordo. Smith (1989) argumenta que indexicais puros podem ter distintos usos (i.e., distintos caracteres), não sendo sempre puros, mas funcionando muitas vezes como demonstrativos. (Para uma discussão crítica dos argumentos de Smith, ver Corazza 2004, Predelli 2005 e Krasner 2006). Recanati (2001) aponta a vagueza de ‘aqui’ e ‘agora’ como uma razão para não os considerar indexicais puros, mas sim dependentes da intenção do falante (sendo, portanto, exemplos do que ele denomina indexicais “impuros”). Um tratamento alternativo àquele de Kaplan (e que ele chama de “Teoria Fregeana dos Indexicais Puros”) parte da suposição de que o falante sempre tem uma descrição em mente do referente do indexical puro (o que os torna não puros, e sim casos particulares de demonstrativos).<sup>5</sup>

## 1.2 Designadores rígidos e termos diretamente referenciais

Uma noção técnica que deriva do trabalho de Kripke (1980) é a de *designação rígida*. A caracterização *standard* é que um designador (termo singular) é rígido se designa o mesmo objeto em todos os mundos possíveis em que este objeto exista. Como esta formulação é passível de ser mal compreendida, preferimos a seguinte: um designador é rígido se, ao ser empregado em descrições de situações contrafactu-

<sup>5</sup> O nome “Fregeana” vem do fato de Frege (1918-19) ter formulado a tese de que o indexical ‘Eu’ possui associado uma forma “primitiva” de apresentação de seu referente (i.e., o próprio “Eu” do falante) à qual apenas o próprio falante tem acesso. Perry (1979) argumentou que, para ser coerente, a tese de Frege sobre o indexical ‘Eu’ precisaria ser estendida para os demais indexicais puros, i.e., cada um deles expressaria uma descrição primitiva de seu referente, capturável apenas em contextos específicos. Assim, e.g., o sentido de ‘agora’ proferido no instante *t* seria apreensível apenas em *t*, mas não em qualquer outro instante posterior (ou anterior). Da mesma forma, o sentido de ‘aqui’ proferido na posição *s* seria apenas apreensível em *s*, mas não em qualquer outro lugar.

ais, o termo tiver como referente sempre o mesmo objeto referido no mundo atual. Tome-se o seguinte exemplo de descrição contra-factual:

(C) Suponha que o mundo tivesse sido tal que não foi Aristóteles quem escreveu a *Ética a Nicômaco*, e sim Hume. Então o autor da *Ética a Nicômaco* não teria sido grego, e sim escocês, embora Aristóteles ainda teria sido grego.

Observe-se a diferença de comportamento entre o nome ‘Aristóteles’ e a descrição ‘o autor da *Ética a Nicômaco*’. Se considerarmos que a segunda sentença é verdadeira (como parece ser intuitivamente), então temos que o nome continua a se referir à mesma pessoa (i.e., Aristóteles), enquanto a descrição muda de referente (na situação descrita se refere a Hume).

No entanto, a rigidez ainda não distingue suficientemente um outro tipo de fenômeno semântico no qual Kripke, assim como Kaplan, estava interessado. Pois considere as expressões ‘2’ e ‘ $\sqrt[3]{|(\sqrt{(2.4^2)} + (2^2.2^3))|}$ ’. Ambas se referem rigidamente ao número 2 (pois o resultado da operação complexa indicada na segunda é o mesmo em todos os mundos possíveis). No entanto, podemos dizer que a segunda expressão designa rigidamente de uma maneira bastante distinta: enquanto ela expressa uma condição descritiva (que por força da necessidade da matemática sempre designa o mesmo número), a primeira designa de maneira direta e sem expressar nenhum conteúdo descritivo.<sup>6</sup> Dizemos que, embora ambos os termos sejam rígidos, o primeiro apenas é diretamente referencial. Como alguns autores (e.g., Marti (2003)) chamaram a atenção, há duas formas diferentes de se caracterizar um termo como diretamente referencial. Uma destas caracterizações é em termos da contribuição proposicional do mesmo. Um termo diretamente referencial é aquele cuja contribuição para a proposição é simplesmente o objeto referido, por oposição a um termo não-diretamente referencial, cuja contribuição é uma condição descritiva (rígida ou não-rígida). A outra forma de

<sup>6</sup> Estamos ignorando aqui a possibilidade de ‘2’ ser considerado como uma abreviação de algo do tipo ‘Sucessor (Sucessor (0))’, e assumindo que ‘2’ indica diretamente seu referente. Esta assunção é admitidamente discutível, mas fazemo-lo aqui para tentar ilustrar uma distinção em princípio.

caracterizar é em termos da regra semântica que rege um termo: ele é diretamente referencial se a mesma simplesmente o conectar com o seu referente, e é não-diretamente referencial se a regra o conectar com algum tipo de condição descritiva.

### 1.3 Contexto de uso e circunstância de avaliação

No caso de indexicais e demonstrativos, é necessário fazer uma distinção entre o *contexto* no qual ele foi usado em uma sentença, e a *circunstância na qual aquilo que a sentença expressou no contexto original é avaliada* como sendo verdadeira ou falsa. Se por exemplo digo ‘ele [ $\alpha$ ] é presidente dos EUA’ (onde  $\alpha$  é uma demonstração cujo *demonstratum* é Obama), então há uma proposição expressa neste contexto, que é verdadeira no mundo atual. Mas eu poderia querer avaliar a verdade ou falsidade exatamente da mesma proposição em outras situações possíveis (e.g., numa situação em que Reagan tivesse concorrido), mantendo fixo o referente de ‘ele[ $\alpha$ ]’. Neste caso, estamos considerando uma única e mesma proposição produzida em um contexto original de uso do indexical, mas observando seu comportamento em diversas outras situações. Consideramos o contexto de uso fixo, pois se assim não o fosse, estaríamos falando de uma proposição diferente em cada mundo possível. Sentenças contendo indexicais usadas em diferentes contextos em geral produzem diferentes proposições. Mas uma vez produzida uma proposição em um contexto, podemos avaliar seu comportamento (verdade ou falsidade) nas diferentes *circunstâncias de avaliação*.

### 1.4 O argumento modal de Kaplan

Uma das teses defendidas por Kaplan é que indexicais são termos não apenas rígidos, mas também diretamente referenciais. Seu principal argumento é análogo a outro famoso argumento apresentado por Kripke (1980) para a tese de que nomes são diretamente referenciais e que faz uso de nossas intuições em raciocínios contrafactuais (sendo, portanto, chamado de *argumento modal*). Como há dois tipos de indexicais, i.e., indexicais puros e demonstrativos, o argumento de Kaplan também se desdobra em dois. Primeiro vejamos o caso dos indexicais puros. Considere uma expressão como ‘Eu estou falando

agora' usada em um contexto cujo sujeito (falante) é  $S$  e o instante é  $t$ . Aquilo que ela expressa no atual contexto é verdadeiro, e seria falso em qualquer mundo onde  $S$  não estivesse falando em  $t$ . Mas se o caráter fosse o valor semântico de 'eu' incorporado à proposição, esta seria algo do tipo *o indivíduo que usa este indexical está falando agora*. Isto significa que a proposição seria verdadeira em qualquer circunstância de avaliação em que alguém estivesse dizendo 'eu estou falando agora' em  $t$ , mesmo que  $S$  estivesse calado em  $t$ . Isto vai contra a nossa intuição a respeito das condições de verdade daquilo que 'eu estou falando agora' expressa no contexto em questão. Intuitivamente, quando uso 'eu' em um contexto e pergunto o que poderia acontecer a este indivíduo em outras situações, é a mim mesmo que estou considerando nestas situações, e não aquele indivíduo que nas mesmas estaria dizendo 'eu'. Como há apenas dois tipos de significado, i.e., caráter e conteúdo, e como o caráter está excluído, resta o conteúdo. Portanto, o conteúdo é o valor semântico de 'eu' empregado em um contexto que consideramos em raciocínios contrafactuais. O mesmo tipo de argumento se aplica aos demais indexicais puros.

Kaplan formula um argumento análogo para os demonstrativos. Considere-se a seguinte sentença usada em um contexto, demonstrando Ana, que mora no Rio de Janeiro:

Ela [ $\alpha$ ] mora no Rio de Janeiro.

Podemos chamar de  $P$  a proposição que a sentença expressa neste contexto e perguntar: em que circunstâncias  $P$  seria falsa? A resposta intuitiva é que ela seria falsa apenas nos mundos em que Ana não morasse no Rio de Janeiro. Considere então uma situação em que Ana mora no Rio de Janeiro, mas Júlia, sua irmã gêmea, que mora em Lisboa, toma momentaneamente o lugar de Ana no instante em que o demonstrativo é usado, sendo portanto o *demonstratum* de  $\alpha$ . Nesta situação, a proposição que seria gerada pelo demonstrativo não seria  $P$ , e sim  $P^*$ , que é falsa (uma vez que Júlia mora em Lisboa), e seria verdadeira apenas nos mundos em que Júlia morasse no Rio de Janeiro. Mas com relação a  $P$ , nenhum fato relevante para a mesma se alterou, uma vez que, intuitivamente, apenas o local onde Ana mora é relevante para a sua verdade ou falsidade. Consequentemente  $P$  deve continuar sendo verdadeira. Portanto, a demonstração associada ao demonstrativo (ou o seu conteúdo descritivo) não pode ser o

valor semântico que este carrega para a proposição. O único candidato restante seria o objeto demonstrado (Ana) e este é, portanto, a contribuição semântica do demonstrativo para  $P$ .

### 1.5 O problema de Frege e o valor cognitivo de demonstrações

Como já dito anteriormente, em sua primeira teoria sobre demonstrativos, Kaplan (1977) defende a tese de que demonstrações são essenciais para que estes adquiram um conteúdo em um contexto. Há uma espécie de analogia entre demonstrações e descrições definidas, uma vez que as primeiras são “uma maneira de apresentar um indivíduo” (525). Uma demonstração não apenas apresenta um indivíduo, mas o faz segundo uma perspectiva, tendo portanto um conteúdo cognitivo. Duas demonstrações diferentes têm conteúdos cognitivos diferentes, por serem duas perspectivas para o mesmo indivíduo. (Assim como existe a possibilidade de uma descrição não ter um indivíduo que lhe corresponda, existe também a possibilidade de uma demonstração não ter *demonstratum*.) Um mesmo demonstrativo ligado a duas demonstrações diferentes de um mesmo *demonstratum* incorpora diferentes valores cognitivos, fornecidos pelas diferentes perspectivas das diferentes demonstrações. O caráter, portanto, de um demonstrativo é essencialmente dependente da demonstração que o acompanha, e pode ser formulado da seguinte maneira:

um demonstrativo completo *dem* [ $\alpha$ ] (i.e., expressão demonstrativa *dem* acompanhada da demonstração  $\alpha$ ) tem como conteúdo o *demonstratum* de  $\alpha$ .

A ideia de uma demonstração como, por um lado, contendo uma espécie de descrição do *demonstratum* mas, por outro, não sendo incorporada como contribuição do indexical ao conteúdo proposicional, permite a Kaplan combinar a natureza diretamente referencial do demonstrativo com a incorporação de valores cognitivos aos demonstrativos completos. Uma vantagem deste tratamento é que ele permite uma solução do chamado Problema de Frege (em sua versão para demonstrativos). Suponha que um policial está analisando fotos de diferentes câmeras de bancos tomadas durante assaltos recentes. O policial aponta um indivíduo em uma destas fotos (demonstração  $\alpha$ ) e um indivíduo em outra foto (demonstração  $\beta$ ), e diz:

Ele  $[\alpha]$  é ele  $[\beta]$ .

Suponhamos, que a identidade é verdadeira. Ela é certamente informativa, seu valor cognitivo não é nulo (pois ela terá consequências sobre a ação da polícia), mas tanto ‘ele $[\alpha]$ ’ quanto ‘ele $[\beta]$ ’ têm o mesmo conteúdo, a saber, o indivíduo que realizou os assaltos. O conteúdo da identidade é simplesmente que um indivíduo é auto-idêntico; mas isto não é informativo (e nem de longe é o que interessa o policial na situação acima). De onde vem então o conteúdo informativo? De acordo com Kaplan, vem do fato de  $\alpha$  e  $\beta$  serem demonstrações (análogas, portanto, a descrições com conteúdos descritivos), que poderiam capturar cada uma outros indivíduos em outras situações contrafactuais. Mas qual seria então a diferença entre esta solução e a de Frege? A diferença é que, como vimos, a demonstração é um elemento constitutivo do caráter do demonstrativo. Mas o caráter, no caso de indexicais, não entra no conteúdo final expresso em um contexto. Temos então que o caráter, e não o conteúdo, é responsável pelo (ou portador do) valor cognitivo de demonstrativos.

Esta é, na verdade, parte de uma tese mais geral (que Kaplan compartilha com Perry): o que tem importância cognitiva não é propriamente o conteúdo expresso por indexicais (ou sentenças contendo indexicais), mas o caráter segundo o qual este conteúdo é contemplado. Para usar um exemplo famoso de Kaplan, se a minha calça está pegando fogo, embora o conteúdo seja o mesmo (i.e., a proposição de que minha calça está pegando fogo) você e eu teremos reações bastante diferentes: você o contempla segundo a perspectiva fornecida por ‘Sua calça está pegando fogo’ e eu o contemplo segundo a perspectiva fornecida por ‘Minha calça está pegando fogo’.<sup>7</sup>

<sup>7</sup> Perry (1979) tem um exemplo alternativo: eu penso ‘eu estou prestes a ser atacado por um urso’ e você pensa ‘você está prestes a ser atacado por um urso’. Enquanto eu me encolho no chão e procuro ficar o mais imóvel possível, você sai correndo em busca de ajuda. O mesmo conteúdo visto por caracteres distintos, leva a reações distintas (o que evidencia estados cognitivos distintos). Mas se você e eu ambos pensamos ‘eu estou prestes a ser atacado por um urso’, ambos nos encolhemos no chão e ficamos imóveis. Aqui temos conteúdos diferentes, mas o caráter é o mesmo, levando a reações idênticas (o que evidencia o mesmo estado cognitivo). O caráter, portanto, é o determinante dos estados cognitivos.

### 1.6 *Demonstrações e intenções diretivas*

Quais são os elementos essenciais que devem acompanhar um demonstrativo para que este tenha uma referência? Como vimos, a primeira perspectiva defendida por Kaplan (1977, 1978) é a de que uma demonstração é este elemento essencial, ainda que seja pouco claro o que exatamente é uma demonstração e quais os seus elementos essenciais. (E.g., é essencial que a demonstração se dê de uma posição espacial determinada? É essencial estar em presença do objeto demonstrado? Apontar uma pessoa na televisão é uma demonstração? Caso sim, seria a demonstração de uma pessoa ou da imagem da pessoa? etc.) Wettstein (1984) entende esta perspectiva (que atribui à demonstração o peso decisivo da determinação semântica) como demasiado estreita, e defende que um número muito maior de fatores tanto contextuais (disposição de objetos, etc.) quanto extra-contextuais (intenção do falante, convenções, conhecimento da história pregressa do falante, etc.) podem ser semanticamente relevantes para a determinação do referente do demonstrativo.

Em 1989 Kaplan muda de perspectiva com relação ao que é essencial aos demonstrativos: ele agora crê que as intenções diretivas são aquilo que é mais fundamental, e as demonstrações são “meras externalizações desta intenção interna” (582). Esta mudança deixa muitas questões no ar. Por exemplo, se vejo uma pessoa *x* andando na rua, e quero me referir a ela dizendo ‘ele foi meu professor’ pensando que é a pessoa *y* (suponha que eu me equivoquei tomando uma pela outra), a quem de fato estou me referindo, àquela que eu tinha em meu campo de percepção (*x*), ou àquela que eu tinha em mente (*y*)? Ou, para usar outro exemplo originalmente apresentado pelo próprio Kaplan (1978) anteriormente: suponha que um professor de filosofia faz um gesto demonstrativo sobre o seu ombro em direção a um retrato que se encontra na parede atrás de si sem olhar para trás e diz “o homem neste retrato foi o maior filósofo do século XX”; normalmente o retrato que fica na posição indicada é o do Carnap, mas nesta ocasião, por alguma razão (e sem que o professor se desse conta), ele foi substituído por um retrato de Spiro Agnew (que nada teve a ver com filosofia). A demonstração tem o retrato de Agnew como *demonstratum*, mas a intenção era falar do retrato de Carnap. Qual foi o conteúdo da afirmação do professor? Ele disse algo verda-



deiro ou falso? Kaplan não parece ter uma resposta definida. Perry (2009) procura desenvolver esta questão estudando casos-teste de conflito entre demonstração explorando aspectos pragmáticos do contexto conversacional: em certas circunstâncias, a demonstração parece assumir preponderância, mas em outras, a intenção é tomada como decisiva.

### 1.7 *Contingente a priori e necessário a posteriori*

Um dos fenômenos mais curiosos relacionados aos indexicais é a possibilidade de sabermos a priori que certas sentenças produzirão uma proposição verdadeira em qualquer contexto de ocorrência. Por exemplo, ‘eu estou aqui agora’, ou ‘eu existo’: em qualquer contexto, uma ocorrência destas sentenças parece produzir proposições verdadeiras. No entanto, o conteúdo gerado nestes contextos são proposições contingentes, e não necessárias. No entanto, esta conclusão depende de uma restrição crucial dos contextos àquilo que Kaplan chama de contextos próprios (i.e., aqueles onde, no mundo possível correspondente, o falante está no local do proferimento, no momento do proferimento). Contextos que não são assim (e.g., que não têm sujeito, ou onde o sujeito está em outro local que não o do proferimento) Kaplan considera como sendo análogos a mundos impossíveis na lógica modal: da mesma forma que mundos impossíveis são considerados irrelevantes para o estudo do comportamento modal de proposições, contextos impróprios são considerados irrelevantes para o estudo do comportamento de indexicais. Há divergências com relação a esta tese de Kaplan, tomando como base a evidência que vem de mensagens deixadas para reprodução em contextos outros que o contexto de sua produção. E.g., mensagens gravadas do tipo ‘eu não estou aqui agora, por favor deixe uma mensagem depois do sinal’ são consideradas por alguns autores como exemplos de ocorrências verdadeiras que demandam uma revisão das bases da semântica de Kaplan (e.g., Vision (1985), Colterjohn and MacIntosh (1987), Sidelle (1991), Predelli (2005)). Outro exemplo interessante faz uso do operador ‘Dthat’, que é um termo criado por Kaplan para servir como paradigma de demonstrativo (que se acopla não propriamente a demonstrações, mas sim a descrições definidas, tornando explícito a analogia entre demonstrações e descrições). Assim, ‘Dthat[ $\alpha$ ] é um

demonstrativo que se refere rigidamente ao objeto descrito por  $\alpha$ . A seguinte identidade:

$$Dthat[\alpha] = \alpha$$

expressa um conteúdo que sabemos a priori ser verdadeiro (caso  $\alpha$  tenha um objeto correspondente; caso não tenha, não há conteúdo expresso). No entanto, ' $Dthat[\alpha]$ ' é sempre um designador rígido, ao passo que  $\alpha$  pode não ser, e nestes casos, teríamos um conteúdo que é a priori verdadeiro, mas contingente.

O dual destes exemplos seriam identidades do tipo:

$$Dthat[\alpha] = Dthat[\beta]$$

Como os dois termos da identidade são diretamente referenciais, o conteúdo, caso verdadeiro, é necessariamente verdadeiro. No entanto, a identidade apenas pode ser conhecida a posteriori.

## 2 Tratamento alternativo: a “teoria dos três significados”

Braum (1996) propõe uma teoria alternativa para demonstrativos de acordo com a qual há uma diferença entre seu significado linguístico e o caráter que os mesmos assumem ao se combinar com uma demonstração. O significado é sempre o mesmo para qualquer uso, por exemplo, de 'este'. Mas o seu caráter varia de acordo com a demonstração; por exemplo, ao dizer 'este é melhor que este' apontando primeiro para um livro de um autor, e em seguida para um livro de outro autor, o primeiro 'este' tem um caráter diferente do segundo 'este'. Assim como o caráter pode ser visto como uma função de contextos em extensões (ou intensões, dependendo de como interpretemos o referente de um demonstrativo), o significado linguístico poderia ser visto como uma função de demonstrações em caracteres. Embora represente um abandono de alguns aspectos da teoria de Kaplan (por exemplo, da identificação entre caráter com significado linguístico), ela não é uma ruptura tão radical como a proposta seguinte.

### 3 Tratamento alternativo: demonstrativos complexos como quantificadores

Algo radicalmente diferente aparece em King (1999, 2000), que considera equivocado tratar demonstrativos complexos (i.e., expressões como ‘este homem’, ‘aquele estudante’, etc.) como expressões diretamente referenciais. King propõe, ao invés deste tratamento, um no qual demonstrativos complexos são quantificadores. Da mesma forma que ‘todo estudante’, ‘muitos estudantes’, ‘algum estudante’ são compostas, respectivamente, pelos determinantes ‘todo’, ‘muitos’ e ‘algum’ adicionados à frase nominal ‘estudante’, ‘este estudante’, de acordo com esta abordagem, seria composto de ‘este’ adicionado a ‘estudante’, e a sua contribuição semântica seria do mesmo tipo que a das expressões anteriores. (I.e., a proposição expressa por uma sentença contendo um demonstrativo complexo não é singular, e sim geral de acordo com esta proposta.) King apoia sua teoria em um grande número de casos em que demonstrativos complexos não são empregados para se referir a um objeto determinado (ou que o falante tenha em mente, como em ‘Aquele estudante que tirou nota máxima no exame deve ser um gênio’ dita por alguém que sabe apenas que alguém tirou nota máxima no exame, mas não tem ideia de quem foi). Demonstrativos complexos nestes casos exibem um comportamento sintático muito parecido com expressões quantificacionais. O tratamento de demonstrativos complexos como diretamente referenciais só tem a aparência de plausível, segundo King, quando restringimos nossa atenção a uma classe muito particular de usos de tal expressão, a saber, quando elas são usadas para se referir a um indivíduo determinado saliente em um contexto. Poucos autores aceitaram a linha de King, mas se ela é correta, tem impacto profundo para a noção de proposição singular. (E.g., Hawthorne e Manley (2012) usam a tese de que demonstrativos complexos são quantificadores como parte de seu argumento de que, apesar das aparências, não há proposições singulares, mas apenas gerais.)

Marco Ruffino  
UNICAMP, Brasil  
ruffinomarco@gmail.com

### Referências

- Braum, D. 1996. Demonstratives and Their Linguistic Meanings. *Noûs* 30: 145-73.
- Castañeda, H. 1966. 'He': A study in the logic of self-consciousness. *Ratio* 7 (2):130-57.
- Castañeda, H. 1967. Indicators and Quasi-Indicators. *American Philosophical Quarterly* 4 (2): 85-100.
- Cappelen, H. and Dever J. 2013. *The Inessential Indexical*. Oxford: Oxford University Press.
- Colterjohn, J. and MacIntosh D. 1987. Gerald Vision and Indexicals. *Analysis* 47: 58-60.
- Corazza, E. 2004. On the alleged ambiguity of 'now' and 'here'. *Synthese* 132 (2): 289-313.
- Donnellan, K. 1966. Reference and Definite Descriptions. *Philosophical Review* 75: 281-304.
- Frege, G. 1892. Über Sinn und Bedeutung. *Zeitschrift für Philosophie und philosophische Kritik* 100: 25-50.
- Frege, G. 1918-19. Der Gedanke. Eine logische Untersuchung. *Beiträge zur Philosophie des deutschen Idealismus* III: 36-51.
- Hawthorne, J., and Manley D. 2012. *The Reference Book*. Oxford: Oxford University Press.
- Kaplan, D. 1977. Demonstratives. In Almog, J., Perry J. and Wettstein H. (eds.). *Themes from Kaplan*. Oxford University Press, 1989.
- Kaplan, D. 1978. Dthat. In Cole, P. (ed.). *Syntax and Semantics*. Vol. 9. New York: Academic Press.
- Kaplan, D. 1989. Afterthoughts. In Almog, J., Perry J. and Wettstein H. (eds.). *Themes from Kaplan*. Oxford University Press.
- King, J. 1999. Are Complex 'That' Phrases Devices of Direct Reference? *Noûs* 33 (2): 155-82.
- King, J. 2000. *Complex Demonstratives: A Quantificational Account*. Cambridge: MIT Press.
- Krasner, D. A. 2006. Smith on Indexicals. *Synthese* 153: 49-67.
- Kripke, S. 1980. *Naming and Necessity*. Cambridge, Mass: Harvard University Press.
- Kripke, S. 2008. Frege's Theory of Sense and reference: Some Exegetical Notes. *Theoria* 74: 181-218.
- Marti, G. 2003. The Question of Rigidity in New Theories of Reference. *Noûs* 37: 161-79.
- Perry, J. 1977. Frege on Demonstratives. Reimpresso em Perry 2000.
- Perry, J. 1979. The Problem of Essential Indexicals. Reimpresso em Perry 2000.
- Perry, J. 2000. *The Problem of Essential Indexicals and Other Essays*. Stanford: CSLI Publications.
- Perry, J. 2009. Directing Intentions. In Almog, J. and Leonardi P. (eds.). *The Philosophy of David Kaplan*. New York: Oxford University Press.
- Predelli, S. 2005. *Contexts: Meaning, truth and the use of language*. Oxford University Press, Oxford.
- Recanati, F. 2001. Are 'here' and 'now' indexicals? Institut Jean Nicod, *Texte* 127/8: 115-127.
- Reichenbach, H. 1947. *Elements of Symbolic Logic*. Toronto: The Macmillan Company.
- Russell, B. 1950. Egocentric Particulars. In Russell, B. *An Inquiry into Meaning and Truth*. London: George Allen and Unwin.
- Sidelle, A. 1991. The answering machine paradox. *Canadian Journal of Philosophy* 21: 525-39.
- Smith, Q. 1989. The multiple uses of indexicals. *Synthese* 78: 167-91.
- Vision, G. 1985. I am here now. *Analysis* 45 (4): 198-99.
- Wettstein, H. 1984. How to Bridge the Gap Between Meaning and Reference. *Synthese* 58: 63-84.